MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

CURRÍCULO

LAYLA KABOUDI

Coordenadora-Geral de Estudos e Pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça - FCPE 101.4

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Graduação em Direito, pela Universidade Federal Fluminense, no período entre 2006/2011.

Curso de aperfeiçoamento: Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional pela Universidade Candido Mendes/Rio de janeiro, no período entre 2014/2015.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Cursos de formação complementar relacionados com o cargo atual

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

ADVOGADA DA UNIÃO desde 05/2013 COM AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES:

- Maio /2014 – Junho/2015 – Advocacia-Geral da União

Cargo: Coordenadora- Substituta da Coordenação de Assuntos de Serviço Público – Procuradoria-Regional da União - 1ª Região

- Junho/2016 – Setembro/2017 - Advocacia-Geral da União

Cargo: Coordenadora da Coordenação de Assuntos de Serviço Público - Procuradoria-Regional da União - 1ª Região

- Maio/2017 - Janeiro/2018 - Advocacia-Geral da União

Cargo: Coordenadora-Geral Jurídica Substituta da Procuradoria-Regional da União - 1ª Região

- Janeiro/2018 – Janeiro/2019 - Advocacia-Geral da União

Exercício na Coordenação Estratégica do Departamento de Serviço Público da Procuradoria Geral da União, como coordenadora substituta

- Janeiro/2019 – Março/2019

Exercício no Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria Geral da União

- Março/2019 – Junho/2019

Atuação na Coordenação de Assuntos de Serviço Público da Procuradoria-Regional da União - 1ª Região

- Junho/2019- Dezembro/2019

Lotada na Coordenação de Assuntos de Saúde e Atos Normativos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde

- Dezembro/2019 – Maio/2021

Cedida para a Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal, para o cargo de Assessora Especial

- Junho/2021 – Até o presente momento

Cargo: Coordenadora-Geral de Estudos e Pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Publicação do Livro *Os limites do poder judiciário e a judicialização do direito à saúde,* em junho/2018

- Publicação de Artigos em julho/2018:

» Possibilidade de reanálise dos fundamentos do acórdão rescindendo na via do Recurso Especial

» A aplicação de sanções administrativas nos contratos administrativos e sua abrangência territorial

» Prescritibilidade da pretensão em demandas propostas por parentes de anistiado político perseguido durante a ditadura militar